

# SUMÁRIO

<i>Nota à 5ª edição</i> .....	17
<i>Nota à 1ª edição</i> .....	19
<b>I — INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>II — A CONSTITUIÇÃO</b>	
1. A Constituição .....	27
2. Conceito de Constituição .....	30
3. Direito constitucional .....	33
4. Classificação das Constituições .....	36
4.1. Quanto à forma .....	36
4.2. Quanto ao modo de elaboração .....	37
4.3. Quanto à origem .....	38
4.4. Quanto à estabilidade ou mutabilidade .....	38
4.5. Quanto à extensão ou finalidade .....	40
4.6. Quanto ao conteúdo .....	41
4.7. Classificação da Constituição Federal de 1988 .....	41
5. Efetivação da Constituição .....	42
<b>III — O PROCESSO</b>	
1. O processo .....	45
2. Jurisdição .....	49
<b>IV — A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO</b>	
1. A Constituição e o processo .....	55
2. Direito constitucional processual .....	61
3. O sistema processual brasileiro .....	63
3.1. O sistema processual inquisitivo .....	68
3.2. O sistema processual acusatório .....	73
3.3. O sistema processual misto .....	76
3.4. O sistema processual adotado pelo Brasil .....	77
4. A influência do direito constitucional no processo .....	81
5. Direito processual constitucional .....	82
<b>V — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE</b>	
1. Controle de constitucionalidade .....	93

2. Sistema jurídico .....	95
2.1. Classificação do sistema jurídico .....	98
3. Supremacia constitucional .....	103
4. Existência, vigência, validade e eficácia da norma jurídica ..	112
4.1. Existência .....	113
4.2. Vigência .....	114
4.3. Validade .....	121
4.4. Eficácia .....	126
5. Nulidades no direito público .....	132
6. Conceito de constitucionalidade .....	137
7. Conceito de controle de constitucionalidade .....	137
7.1. Requisitos do controle de constitucionalidade .....	138
7.2. Espécies de controle de constitucionalidade .....	141
7.3. Espécies de controle de constitucionalidade repressivo ..	142
8. Controle difuso .....	143
8.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no con- trole difuso .....	147
8.2. A inconstitucionalidade e o Senado Federal no con- trole difuso .....	150
8.3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	163
8.3.1. Procedimento .....	166
8.3.2. Natureza jurídica .....	169
8.3.3. Efeitos da decisão .....	170
8.4. Súmula vinculante .....	171
8.4.1. Conceito.....	171
8.4.2. Espécies .....	175
8.4.3. Objeto .....	179
8.4.4. Requisitos .....	179
8.4.5. Regulamentação.....	180
8.4.6. Competência.....	180
8.4.7. Legitimidade.....	180
8.4.8. Natureza .....	183
8.4.9. Procedimento.....	185
8.4.10. Efeitos .....	187
8.4.11. Súmula vinculante e reclamação constitucional	189
8.5. Repercussão geral .....	192
8.5.1. Conceito.....	194

8.5.2. Natureza e finalidade .....	195
8.5.3. Competência .....	195
8.5.4. Procedimento .....	196
9. Controle concentrado .....	198
10. Ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	204
10.1. Competência .....	206
10.2. Legitimidade .....	206
10.2.1. Chefe do Poder Executivo .....	209
10.2.2. Mesa das Casas Legislativas .....	211
10.2.3. Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ..	212
10.2.4. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional .....	214
10.2.5. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional .....	218
10.2.6. Legitimidade universal e limitada .....	224
10.3. Prazo .....	226
10.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República .....	227
10.5. Processo objetivo .....	228
10.6. Objeto da ação .....	231
10.6.1. Controle abstrato .....	231
10.6.2. Controle da inconstitucionalidade .....	235
10.6.3. Controle repressivo .....	239
10.6.4. Controle do direito pós-constitucional .....	246
10.6.5. Controle do direito infraconstitucional .....	247
10.7. Procedimento .....	251
10.7.1. Do pedido da medida cautelar .....	255
10.8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	258
10.8.1. Efeitos e eficácia temporal da decisão .....	267
10.9. A participação do Senado Federal .....	271
10.10. Interpretação conforme a Constituição .....	271
10.10.1. Interpretação conforme a Constituição sem redução do texto .....	276
10.10.2. Interpretação conforme a Constituição com redução do texto .....	279

10.10.3. Limites da interpretação conforme a Constituição .....	279
10.10.4. Fundamento da interpretação conforme a Constituição .....	281
10.11. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto .....	282
11. Ação declaratória de constitucionalidade .....	285
11.1. Competência .....	287
11.2. Legitimidade .....	287
11.3. Procedimento .....	288
11.3.1. Do pedido da medida cautelar .....	290
11.4. Efeitos da decisão .....	290
12. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão ....	291
12.1. Competência .....	298
12.2. Legitimidade e procedimento .....	299
12.3. Efeitos da decisão .....	303
13. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva .....	306
13.1. Competência .....	309
13.2. Legitimidade .....	309
13.3. Procedimento .....	309
13.4. Efeitos da decisão .....	309
14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ....	315
14.1. Arguição .....	315
14.2. Descumprimento .....	316
14.3. Preceito fundamental .....	316
14.4. Finalidade e objetivo .....	319
14.5. Competência .....	331
14.6. Legitimidade .....	331
14.7. Procedimento .....	332
14.7.1. Do pedido da medida liminar .....	334
14.8. Efeitos da decisão .....	334
15. Quadros comparativos dos instrumentos processuais de controle de constitucionalidade .....	336

## VI — WRITS CONSTITUCIONAIS

1. Jurisdição constitucional das liberdades .....	341
---	-----



2. <i>Habeas corpus</i> .....	342
2.1. Origem histórica .....	343
2.2. <i>Habeas corpus</i> no Brasil .....	346
2.3. Conceito e natureza jurídica .....	351
2.4. Finalidade e características .....	354
2.5. Tipos de <i>habeas corpus</i> .....	356
2.6. A ação de <i>habeas corpus</i> .....	357
2.6.1. Cabimento da ação de <i>habeas corpus</i> .....	358
2.6.2. Casos de não cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	361
2.7. O processo da ação de <i>habeas corpus</i> .....	362
2.7.1. Procedimento .....	362
2.7.2. Condições de ação .....	363
2.7.3. Início do procedimento .....	364
2.7.4. Indeferimento liminar da petição .....	365
2.7.5. Concessão liminar em <i>habeas corpus</i> .....	365
2.7.6. Informações da autoridade coatora .....	366
2.7.7. Apresentação do paciente .....	367
2.7.8. Prejudicialidade do pedido .....	367
2.7.9. Julgamento do <i>habeas corpus</i> .....	367
2.7.10. Extensão do <i>habeas corpus</i> .....	369
2.7.11. Recurso de ofício .....	370
2.7.12. Reiteração de <i>habeas corpus</i> .....	370
2.8. Legitimidade .....	370
2.8.1. Legitimidade ativa .....	370
2.8.2. Legitimidade passiva .....	373
2.9. Competência .....	375
2.9.1. Supremo Tribunal Federal .....	376
2.9.2. Senado Federal .....	376
2.9.3. Superior Tribunal de Justiça .....	377
2.9.4. Tribunais Regionais Federais .....	377
2.9.5. Tribunais de Justiça .....	378
2.9.6. Juiz de direito de primeira instância .....	378
2.9.7. Juizado Especial .....	379
3. <i>Habeas data</i> .....	382
3.1. Conceito .....	382
3.2. Legitimidade .....	388
3.3. Objeto da ação .....	390

3.4. Procedimento .....	393
3.5. Coisa julgada .....	396
4. Mandado de injunção .....	396
4.1. Conceito .....	396
4.2. Natureza jurídica .....	397
4.3. Objeto da ação .....	400
4.4. Objetivo da ação .....	402
4.5. Legitimidade .....	408
4.6. Procedimento .....	413
4.7. Diferenças entre mandado de injunção e ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão .....	415
4.8. Efeitos da decisão .....	416
5. Mandado de segurança .....	426
5.1. Conceito .....	426
5.2. Natureza jurídica .....	427
5.3. Objeto da ação .....	428
5.4. Legitimidade .....	429
5.5. Procedimento .....	432
5.6. Efeitos da decisão .....	435
5.6.1. Coisa julgada .....	435
5.7. Mandado de segurança coletivo .....	438

## VII — DEFESA DA CIDADANIA

1. Defesa da cidadania.....	459
2. Ação civil pública.....	469
2.1. Conceito .....	469
2.2. Natureza jurídica .....	471
2.3. Competência.....	472
2.4. Legitimidade .....	475
2.5. Tutela.....	481
2.5.1. Meio ambiente.....	483
2.5.2. Consumidor .....	485
2.5.3. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.....	486
2.5.3.1. Patrimônio público e social.....	487
2.5.4. Infração da ordem econômica e da economia po-	

pular e dos investidores de mercado mobiliário..	487
2.5.5. Ordem urbanística .....	488
2.5.6. Interesse difuso ou coletivo .....	489
2.5.6.1. Interesses de grupos de indivíduos.....	491
2.5.6.2. Interesses difusos .....	491
2.5.6.3. Interesses coletivos.....	492
2.5.6.4. Interesses individuais homogêneos.....	493
2.5.7. Proteção de interesses coletivos e difusos das pessoas portadoras de deficiência.....	497
2.5.8. Interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente .....	497
2.6. Objeto da ação.....	499
2.6.1. Matéria tributária .....	499
2.6.2. Controle difuso de constitucionalidade .....	502
2.6.3. Políticas públicas.....	507
2.7. Procedimento .....	511
2.8. Termo de ajustamento de conduta.....	512
2.9. Inquérito civil .....	513
2.10. Coisa julgada .....	514
3. Ação popular .....	520
3.1. Conceito .....	520
3.2. Competência.....	524
3.3. Natureza jurídica .....	525
3.4. Legitimidade .....	526
3.5. Objeto da ação.....	530
3.6. Procedimento .....	532
3.7. Coisa julgada.....	534

## VIII — BIBLIOGRAFIA

1. Livros.....	537
2. Artigos .....	564
3. Dissertações e teses .....	572